



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638467 - ES (2021/0000931-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : RENILDES RODRIGUES BAIA
ADVOGADO : RENILDES RODRIGUES BAIA FREIRE DE ALMEIDA - ES022242
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : RODRIGO DENARDI VICENTINI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO DENARDI VICENTINI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (N. 000067-61.2020.8.08.0067).

O paciente encontra-se preso preventivamente e foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I, II e V, do Código Penal, duas vezes, uma tentada e outra consumada.

O impetrante sustenta a ilegalidade da manutenção da prisão preventiva do paciente pelo excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, em liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Aponta-se como autoridade coatora o Juízo de primeiro grau. Ademais, não há notícia de que houve análise do pedido objeto do presente *writ* pelo Tribunal de origem, razão pela qual é inviável sua apreciação pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Dispõe o art. 105, I, c, da Constituição Federal que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição, hipótese que não é a dos autos. O pedido também não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente